

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: De olho no preço.....	2
Título: Prévia da inflação registra menor resultado em 12 anos	4
Título: Com alta de royalties, arrecadação sobe 1% em agosto	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Pobre não usa gasolina para imposto ser revisto, diz secretário do Tesouro	6
Título: Empresas e negócios atrasam demarcação de terras indígenas	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Broadcast de olho nas ações.....	11
Título: Royalties da mineração serão recorde este ano.....	13
Título: BNDES capta US\$ 100 milhões para financiar energia renovável.....	14
Título: 'Comandar a Petrobrás foi uma lição', diz Parente	15
Título: Robin Hood às avessas.....	16
VEÍCULO: Correio Braziliense	18
Título: Botijão de gás pode passar de R\$ 100	18
Título: IPCA-15 fica em 0,09%	19

VEÍCULO: O Globo**Data: 22/09/2018****Seção: Economia****Autor: Gabriel Martins****Título: De olho no preço**

Conversão para kit gás cresce 40% no Rio

Câmbio automático, direção hidráulica, airbag e... kit gás. Antes associado a motoristas de táxi e aplicativos, o uso de Gás Natural Veicular (GNV) vem crescendo no Rio até entre donos de modelos mais modernos, que tentam escapar da disparada no preço da gasolina e, de quebra, ter redução no IPVA. De janeiro a julho, 52.299 veículos foram convertidos para GNV no Estado do Rio, uma alta de 40% em relação aos 37.266 do mesmo período do ano passado.

Os dados são da CEG, que fornece, em parceria com o Centro de Tecnologias do Gás (Ctgás), o Selo Oficina 10. O selo é usado para indicar ao motorista que o local de conversão é seguro. A administradora Monique Quinteiro trocou de carro este mês, para uma picape Fiat Toro zero quilômetro, e a primeira coisa que fez com o veículo foi convertê-lo para GNV.

Morando na Barra e trabalhando em Bonsucesso, ela conta que o gasto com gasolina era exorbitante: —A gasolina está muito cara e continua subindo. Com R\$ 24 de gasolina, só conseguia ir e voltar do trabalho. Agora, coloco R\$ 18 de GNV e faço o mesmo trajeto duas vezes. Embora tenha feito a conversão há pouco mais de uma semana, já sinto alívio no bolso.

Ela também costuma usar o carro para ir à Região dos Lagos nos fins de semana: —Gastava, em média, R\$ 400 só com combustível. Agora, imagino que essa despesa caia em torno de 40%. Além disso, terei redução no valor que pago de IPVA. O investimento para instalar o kit gás vai ser compensado em pouco tempo. No Rio, a alíquota de IPVA para veículos de passeio movidos a GNV é de 1,5%. Já para aqueles que usam gasolina ou álcool, 4%.

Segundo a mais recente pesquisa de preços da ANP, o litro da gasolina, no Rio, custa, em média, R\$ 4,99. Já o GNV, R\$ 2,74. Segundo os cálculos de Ricardo Macedo, professor de Finanças do Ibmecc/RJ, admitindo que um metro cúbico de GNV seja suficiente para andar 13 quilômetros, e um litro de gasolina, para dez quilômetros, caso o motorista rode 1.500 quilômetros por mês, a economia

ao abastecer com gás será, em média, de R\$430. Se a média de rodagem for de mil quilômetros por mês, a economia será de R\$288.

VEÍCULO DE LUXO COM GÁS

Nas oficinas que fazem a conversão para GNV do Rio, o número de pedidos aumentou, influenciado por um público que até pouco tempo atrás não era habitual: os motoristas de carros particulares. Roberto Palma, gerente da Gazcar 2000, notou um crescimento de um quarto neste tipo de mudança para GNV. —As pessoas levam em conta a questão financeira e optam pela troca.

Observei aumento de 25% nas conversões este ano só com motoristas que não usam o carro como instrumento de trabalho — conta Palma. — As conversões de táxis ou carros de motoristas de aplicativo, que rodam muito, se mantêm alta, no mesmo patamar de 2017. O GNV se mantém mais econômico do que a gasolina apesar de seu preço ter subido mais este ano. O metro cúbico do gás saiu de R\$ 2,27 para R\$2,74, alta de 20%.

Já a gasolina saiu de R\$ 4,54 para 4,99, aumento de 10%. Um dos receios dos motoristas é a possível perda de potência do veículo. Segundo o professor de engenharia Paulo Pêgas, do Ibmec/RJ, os primeiros kits realmente afetavam o desempenho do veículo. Mas, com o aprimoramento da tecnologia, essa questão foi sendo resolvida: —Com as primeiras gerações do kit gás, o carro chegava a perder cerca de 20% de potência.

Mas, com o desenvolvimento de tecnologias, os novos kits representam perda de cerca de 3%. É algo pequeno comparado à economia que o motorista tem ao abastecer com GNV. As montadoras começam a testar modelos que já saem de fábrica movidos a GNV. É o caso da Audi com o seu A5. No sedã de luxo, há um tanque que comporta 25 litros de gasolina e quatro cilindros de armazenagem (entre 21 e 22 metros cúbicos) de gás natural.

O veículo ainda não é comercializado no Brasil, mas a empresa estuda vendê-lo aqui a partir de 2019. Especialistas estimam que o preço para o modelo da Audi que já sai de fábrica com GNV fique em torno de R\$ 216 mil.

VEÍCULO: O Globo**Data: 22/09/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Prévia da inflação registra menor resultado em 12 anos**

IPCA-15 tem alta de apenas 0,09% em setembro, como reflexo da queda nos preços de alimentos. No acumulado em 12 meses, índice é de 4,28%

A prévia da inflação oficial registrou o menor avanço do ano e a taxa mais lenta para o mês de setembro em 12 anos. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- 15 (IPCA-15) subiu 0,09% em setembro, frente a uma alta de 0,13% no mês anterior, informou ontem o IBGE. É a menor taxa desde setembro de 2006. Para especialistas, o resultado diminui a pressão para que o Banco Central (BC) antecipe o início de uma trajetória de alta na taxa básica de juros da economia, a Selic.

Esta semana, o Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, manteve a Selic estável em 6,5% e sinalizou que poderia subir os juros caso houvesse piora no cenário para a inflação. No comunicado, o BC citou os efeitos secundários da pressão cambial sobre os preços. Mas destacou que a economia brasileira ainda trabalha com um elevado nível de ociosidade. Ou seja, fábricas e lojas estão com a demanda fraca.

Muitos economistas estão preocupados com os efeitos do dólar nos preços, já que a moeda americana já subiu 23% este ano. Mas o resultado do IPCA-15 veio bem abaixo do previsto pelo mercado financeiro, que estimava alta de 0,18%. “Isso reforça a sinalização do Copom de que não há efeito significativo de pressões inflacionárias”, afirmou em nota a economista do Santander, Tatiana Pinheiro.

O economista Alberto Ramos, do banco de investimentos Goldman Sachs, destaca que, apesar da alta do dólar, a economia ainda está crescendo em ritmo baixo, com desemprego elevado. Além disso, as expectativas para a inflação futura estão ancoradas, ou seja, estão abaixo da meta definida pelo BC para este ano.

TARIFA DE ENERGIA PESA

Nos 12 meses até setembro, o IPCA-15 acumulou alta de 4,28% —no mês anterior, ficou em 4,30%. O centro da meta de inflação este ano é de 4,5% pelo IPCA, com margem de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Mesmo assim, Ramos prevê que há um risco crescente de que o BC comece a

“normalizar” a política monetária, ou seja, volte a subir os juros, antes do fim deste ano.

Ele lembra que o cenário externo é desfavorável às economias emergentes e pode levar a uma desvalorização adicional do real. E, principalmente, há incertezas sobre o rumo político que o país vai adotar após as eleições presidenciais e se as reformas fiscais necessárias serão adotadas. Os preços de alimentos no domicílio recuaram 0,70%, graças às quedas de cebola (18,51%), batata-inglesa (13,65%), leite longa vida (6,08%) e carnes (0,97%).

Se os alimentos deram alívio, houve alta de 0,34% nas tarifas de energia elétrica, no sétimo mês consecutivo de aumentos na conta de luz. Nos últimos 12 meses, a tarifa de energia subiu 19%. O Itaú Unibanco projeta que, no mês, o IPCA encerre com alta de 0,46%. Com isso, a taxa em 12 meses iria a 4,51%, contra 4,19% em agosto.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/09/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura E Eliane Oliveira

Título: Com alta de royalties, arrecadação sobe 1% em agosto

Resultado melhor e redução de despesas permitirão que governo libere R\$ 4 bilhões para ministérios e órgãos públicos

O governo vai liberar R\$ 4,124 bilhões para gastos dos ministérios e órgãos públicos. A decisão foi tomada depois de uma revisão do cenário de receitas e despesas até o fim do ano. A equipe econômica observou que a arrecadação teve um desempenho melhor que o esperado. Já a projeção de despesas caiu porque, segundo o Ministério do Planejamento, algumas delas estavam superestimadas.

Apenas em agosto, a arrecadação federal somou R\$ 109,7 bilhões, o que representa um aumento real de 1,08% em relação ao ano passado e o melhor resultado para o mês desde 2014. Segundo a Receita Federal, o resultado se deve à recuperação da economia, ainda que em ritmo lento, e a um ingresso maior de royalties no caixa da União. Em agosto, a arrecadação com royalties cresceu 24,63%.

No ano, a alta foi de 49,2%, o correspondente a R\$ 39,4 bilhões. De janeiro a agosto, o valor total da arrecadação do país chega a R\$ 953,6 bilhões. Os técnicos observaram que os gastos obrigatórios serão R\$ 4,296 bilhões menores

que o esperado. Houve redução da projeção de despesas com a Previdência, pessoal, seguro desemprego e subsídios. Depois de rever receitas e gastos, a equipe econômica constatou que havia uma folga de R\$ 8,244 bilhões no Orçamento em relação à meta fiscal fixada para o ano, de déficit primário de R\$ 159 bilhões.

No entanto, como também está em vigor um teto para os gastos públicos, o espaço para desembolsos acaba ficando menor. O Ministério do Planejamento informou que só será possível afrouxar o cinto em pouco mais de R\$ 4 bilhões. Em agosto, o governo havia liberado R\$ 1,4 bilhão para atender a pedidos emergenciais de alguns órgãos, que alegavam risco de paralisação.

Desta vez, o Planejamento definirá, na próxima semana, como o novo espaço fiscal será distribuído entre os ministérios. O valor, contudo, está abaixo das demandas apresentadas pelos órgãos públicos. No total, elas chegam a R\$6,7 bilhões. —Vamos olhar os contratos de manutenção dos órgãos, compromissos internacionais que precisam ser pagos e obras em estágio avançado — explicou o secretário de Orçamento, George Soares.

Ao revisar o cenário fiscal para 2018, a equipe econômica manteve a projeção para o crescimento da economia este ano em 1,60%. Mas sinalizou que pode reduzir o número até o fim do ano. Segundo o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, seria uma forma de deixar o valor mais próximo das projeções do mercado, de 1,36%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Mariana Carneiro

Título: Pobre não usa gasolina para imposto ser revisto, diz secretário do Tesouro

Para Mansueto Almeida, crise fiscal impede revisão de taxas sobre combustível que tem preço em alta

Brasília- A equipe econômica informou nesta sexta-feira (21) que está com uma folga orçamentária de R\$ 8,224 bilhões neste ano. Não considera, porém, usar parte dos recursos para reduzir a tributação que incide sobre a gasolina, cujo o preço avança nas bombas.

Embora o litro do combustível tenha ultrapassado R\$ 5 em São Paulo, marca já superada também em outras regiões do país, técnicos do governo afirmam que reduzir os tributos sobre o combustível não ajudaria os mais pobres.

"Estamos com um déficit monstruoso, muito grande, então, se a gente quer reduzir tributos e reavaliar a carga tributária, é preciso levar em conta as questões do ponto de vista de equidade e eficiência", afirmou o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, durante entrevista sobre a revisão orçamentária feita bimestralmente.

"Quem anda de carro e usa gasolina não é pobre", disse.

"Países que têm políticas que beneficiam mais os pobres têm educação universal pública, tributação progressiva, não subsídio para combustível. Quando olhamos países que admiramos, a gasolina é muito cara. Se formos subsidiar [algum produto], devemos subsidiar serviços mais direcionados aos pobres, não a gasolina."

A folga surgiu porque o governo está arrecadando mais do que o estimado na avaliação orçamentária anterior.

Além disso, está desembolsando menos com despesas obrigatórias, como o pagamento de benefícios previdenciários, abono salarial e seguro desemprego. Mansueto afirmou que o Orçamento previa gastos de R\$ 405 bilhões com a Previdência e a previsão atual está próxima a R\$ 390 bilhões.

Assim, o governo pretende usar a folga para liberar R\$ 4,124 bilhões em despesas previstas pelos ministérios e que estão dentro do limite do teto de gastos, que limita a sua expansão à inflação. As áreas serão definidas na próxima semana e terão como prioridade o pagamento de obras em estágio avançado e compromissos no exterior.

Os R\$ 4,100 restantes deverão ser usados para abater parte do déficit orçamentário previsto para este ano.

O governo projetou que o rombo orçamentário do setor público consolidado (governo federal, estados e municípios) ficaria em R\$ 161 bilhões neste ano. Agora, deverá ficar ao redor de 145 bilhões.

Mansueto disse que, com ajuda de estatais e um "empoçamento" de recursos no caixa do governo, o déficit pode ficar ainda menor, em R\$ 125 bilhões.

"Não é motivo para alegria. Será o quinto ano consecutivo que fechamos com déficit, a dívida pública não para de subir e já é muito elevada para um país de renda média", afirmou.

Sobre o chamado empoçamento de recursos, ele atribuiu o represamento à incapacidade de desembolso de muitos ministérios. De janeiro e agosto, segundo ele, o empoçamento já soma R\$ 12,7 bilhões.

São despesas que são colocadas no Orçamento e não saem do papel porque projetos não avançam ou por regras de vinculação de receitas a gastos específicos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/09/2018

Seção: Poder

Autor: Fabiano Maisonave e Lalo de Almedia

Título: Empresas e negócios atrasam demarcação de terras indígenas

Empresário israelense que explora ouro contesta demarcação no Pará
Com atrasos, há no país 245 terras sem regularização
Temer é presidente que menos homologou TLs desde abertura

OS ribeirinhos e índios do rio Tapajós nunca haviam topado com nada tão grande.

De uma ponta até a outra, a megadraca para extrair diamante e ouro do fundo do rio ostenta uma estrutura metálica de cerca de 120 metros, extensão ao menos duas vezes maior do que as demais embarcações do tipo operando na região. Batizado de Santa Clara 1, o monstrengo pertence ao empresário israelense Leo Steiner e foi construído sob medida para operar no trecho mais profundo do rio, localizado diante da Terra Indígena (TI) Sawré Muybu, da etnia mundurucu.

Os índios, porém, foram ignorados durante o processo de licenciamento, expedido pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas).

“Essa balsa aí, a gente já conversou com eles, dizem que a gente não pode impedir o trabalho deles porque têm o PLG [Permissão de Lavra Garimpeira]”, afirma o cacique Juarez Saw Munduruku, 58. “Pra nós, ela vem adoecendo o rio.”

Pela instrução normativa nº2 da Funai, o órgão indigenista deveria ser consultado sempre quando um empreendimento ameaça afetar comunidades indígenas, mesmo se em áreas não delimitadas.

Apesar disso, a Semas aprovou a licença sob a alegação de que a TI só teve seus estudos de identificação e delimitação publicados no Diário Oficial da União em 2016, um ano após a concessão da licença a Steiner.

O processo formal de demarcação da Sawré Muybu teve início em 2007, mas não avança há dois anos.

Não se trata de um caso isolado: há 245 terras indígenas em todas as regiões do país sem regularização, uma tramitação cada vez mais morosa devido a contestações administrativas e judiciais e à oposição do agronegócio.

Uma das contestações à demarcação veio da empresa Rio Vermelho Importação e Exportação, de Steiner, que mora em Israel, segundo sua advogada, Roberta dAlmeida. A reportagem da Folha enviou uma solicitação de entrevista por e-mail, mas não houve resposta.

Além da Rio Vermelho, se opõem à terra indígena duas associações de mineração de ouro, os Ministérios do Meio Ambiente e de **Minas e Energia** e até a CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Há também o Consórcio Tapajós, formado por empresas interessadas na construção da hidrelétrica São Luiz, que, em 2016, teve o licenciamento suspenso pelo Ibama, baseado em pareceres da Funai.

O principal argumento contestatório é a tese do “marco temporal”, supostamente baseado no STF, pelo qual somente indígenas que ocupavam suas terras ou as disputavam judicialmente em outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, poderão ter acesso a elas.

Caso seja construída, essa usina inundará 7% do território da Sawré Muybu, de 178 mil hectares de floresta e 122 habitantes, entre outros impactos socioambientais. Por outro lado, seria a quarta maior em potência instalada do país, com capacidade para abastecer uma cidade de 8,5 milhões de pessoas.

Recentemente, a Funai oficiou a Semas e o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) solicitando o cancelamento das lavras e a suspensão de novas licenças ambientais. O órgão indigenista também pediu ao Ministério Público Estadual uma apuração dos procedimentos da Semas e do DNPM no Tapajós. Em todas as requisições, ainda não houve resposta.

Enquanto o imbróglio continua, as dragas continuam operando. Em viagem de barco pelo Tapajós, a reportagem constatou, em vários trechos, ilhas e praias formadas pelo “aroto” —mistura de pedra e areia sugada pelas dragas do fundo do leito do rio por meio do “abacaxi”, broca que perfura pedras atrás do ouro.

Uma draga operava a poucos metros de uma aldeia mundurucu, substituindo o barulho da mata pelo ronco do motor 24 horas por dia.

“A praia fica seca, dura, misturada com a pedra. Aí, fica difícil até para o tracajá [tartaruga] desovar. Você não vê nenhuma praia natural mesmo. Não tem mais, não”, disse o cacique Juarez, em entrevista em sua aldeia, à beira do Tapajós.

Apesar do estrago, a maioria das dragas tem licença de operação. Neste ano, o ICM-Bio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) fiscalizou 11 embarcações no Tapajós. Apenas 2 estavam irregulares.

A Folha enviou, em 3 de setembro, questionamentos por escrito à Semas sobre a licença concedida à empresa de capital israelense e sobre a poluição da água na região, mas não obteve resposta.

“A diferença entre estar em vias de demarcação e uma terra já demarcada é a segurança jurídica”, DinamamTuxá, coordenador-executivo da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil).

“Quando o processo está em tramitação, não há vedação legal pra que as pessoas não desmatem, não façam nada nesse território”, exemplifica Tuxá, que é advogado. “Além disso, a morosidade causa dano psicológico, na saúde da comunidade que estão pleito.”

Para ele, o caso do licenciamento da megadraga sem a consulta aos povos indígenas é uma ilegalidade comum no país. “Quando não está demarcado, o governo usa isso como subterfúgio para não fazer o seu devido trabalho, que seria a consulta.”

Atualmente, na avaliação da Apib, as áreas em processo de demarcação mais tensas do país estão em Mato Grosso do Sul e nos litorais do Nordeste, do Sudeste e do Sul.

Integrante da FPA (Frente Parlamentar da Agricultura), principal força opositora à demarcação de terras, o deputado Alceu Moreira (MDB-RS) afirma que “a questão toda está no laudo antropológico”.

“O processo tem vício de origem, é ideologizado”, diz. “Não tenho nada contra demarcação de terras, pelo contrário. É possível demarcar terra indígena, quilombola, desde que o processo seja lícito.”

O resultado da influência ruralista é que o presidente Michel Temer (MDB) foi o

que menos demarcou Tis desde a redemocratização: apenas uma foi homologada em pouco mais de dois anos.

Em outro aceno do Planalto à bancada que ajudou a salvá-lo do impeachment, a AGU (Advocacia Geral da União) adotou a tese do marco temporal como novo argumento jurídico.

Os moradores da região contam que a megadraga foi um fiasco. Apesar de ter uma lança de cerca de 100 metros, ela não teria sido suficiente para encontrar diamante e ouro nas profundezas do Tapajós.

Atualmente, a embarcação está encostada na margem do rio, diante de uma placa de “autodemarkação”, pregada em uma árvore pelos mundurucus. Cópia da placa oficial da Funai, tem como objetivo inibir invasores e forçar o governo a acelerar o processo.

Para o cacique Juarez, o fracasso é um castigo por terem violado um trecho do Tapajós que faz parte do mito fundador da etnia mundurucu, conhecido como a Passagem dos Porcos.

“Eles nunca conseguiram chegar à terra com aquela lança. Eles medem quantos metros e emendam o cano, mas, quando arreiam, não alcança. Por quê? Porque ali é um lugar sagrado, as três pessoas em vigilância dali dentro do fundo não quer que mexam.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Renato Carvalho

Título: Broadcast de olho nas ações

Balanços do 3º trimestre serão ofuscados pelas eleições

O terceiro trimestre está a uma semana de terminar, e os analistas começam a projetar quais setores ou empresas devem apresentar melhores números. No entanto, os profissionais afirmam que os efeitos nas ações devem ser poucos, já que durante o período de divulgação dos balanços vai acontecer o segundo turno da eleição presidencial, que deve ter influência maior na Bolsa de maneira geral.

Na visão dos analistas, os melhores resultados do período entre julho e setembro devem vir de empresas produtoras de commodities, entre elas

Petrobrás e Vale. O setor financeiro também deve apresentar números sólidos, na visão dos profissionais. “O setor bancário tende a ter efeito positivo da redução da inadimplência nos resultados e exportadoras devem se beneficiar da valorização do dólar.

Outro efeito positivo advém das commodities, seja minério de ferro ou petróleo que subiram ao longo do trimestre e tendem a beneficiar as blue chips Vale e Petrobrás”, afirma Vitor Suzaki, da Lerosa Investimentos. A Magliano também espera bons resultados de bancos, seguradoras, além de Petrobrás e Vale. “Entretanto, achamos que a temporada de resultados do terceiro trimestre terá impacto relativamente menor sobre as ações uma vez que investidores estão focados no tema eleições e como o resultado delas afetará setores e empresas específicas”, diz a corretora.

O Santander também faz a ressalva de que o desempenho das ações será impactado mais pelas eleições do que pelos resultados apresentados no terceiro trimestre. Os analistas do banco acreditam, no entanto, que os balanços serão parecidos com o segundo trimestre, com destaque para os setores de papel e celulose, mineração e siderurgia e petroquímico.

Em relação à carteira recomendada para a semana, as corretoras se baseiam principalmente nos múltiplos dos papéis, apontando oportunidades de compra. A Magliano, por exemplo, incluiu Comgás PNA na carteira, ressaltando que a ação acumula queda de 16,5% no ano e de aproximadamente 4,3% em setembro. O retorno de dividendos é de 9%, o que torna uma boa opção defensiva para este momento de volatilidade.

Outra ação que entrou na carteira da Magliano foi Ambev ON, enquanto saíram BRF ON e Petrobrás PN. Ainda fazem parte da carteira BB Seguridade ON, Bradesco PN e Cemig PN. Outra opção presente em várias carteiras é Bradesco PN. A Terra Investimentos ressalta que o banco tem caixa elevado, boa liquidez e qualidade do capital. Além disso, o múltiplo também é considerado atrativo. A corretora trocou quase toda a sua carteira em relação à semana passada, mantendo somente Ambev ON.

Nesta semana entraram, além de Bradesco, EcoRodovias ON, Lojas Americanas PN e BRMalls ON, e saíram Gerdau PN, Copel PNB, Localiza ON e Embraer ON. As exportadoras também estão bastante presentes nas carteiras recomendadas, com destaques para Suzano ON, Fibria ON e Weg ON.

O dólar em alta e a perspectiva de resultados positivos no terceiro trimestre justificam as recomendações. Nesta semana, duas corretoras estreiam na Top Picks. A Socopa recomenda Suzano ON, Equatorial ON, Ambev ON, Hypera ON e

IRB Brasil Re ON. Já a Nova Futura indica Weg ON, Petrobrás PN, Lojas Americanas PN, Gerdau PN e Minerva ON.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/09/2018

Seção: Economia

Autor: Renata Batista/ RIO

Título: Royalties da mineração serão recorde este ano

Com mudança na legislação, pagamento feito pelas mineradoras à União, Estados e municípios devem chegar à casa dos R\$ 3 bilhões

A arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), uma espécie de royalty pago pelas mineradoras, deve alcançar R\$ 3 bilhões esse ano. Um número recorde, mesmo quando comparado ao superciclo do minério de ferro vivido pelo setor na última década – foi de R\$ 2,4 bilhões em 2013. Até agosto, União, Estados e municípios já receberam R\$ 1,85 bilhão em receita, cifra que supera toda a receita obtida ao longo de 2017.

De acordo com a gerente de Pesquisa e Desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Cinthia Rodrigues, o aumento é resultado das mudanças na legislação do setor, que ampliou alíquotas, mudou a base de cálculo e o número de municípios beneficiados. No caso do minério, que responde por mais da metade da produção mineral brasileira, a alíquota passou de 1,5% da receita para 3% do faturamento bruto.

O ouro, que pagava 1%, agora arrecada 1,5%. O aumento da produção, com a entrada em operação de novas minas, como a S11D, da Vale, maior mina de minério de ferro do mundo, também puxou a arrecadação. O movimento compensou a desvalorização nos preços de várias commodities no ano e também da estabilidade no preço médio do minério de ferro, cotação diferente da praticada pela Vale para seu produto de melhor qualidade.

“Desde janeiro, o ouro se desvalorizou 10%, o cobre, 15%, e o minério de ferro ficou estável”, diz Cinthia. Com a produção de S11D, o município de Canaã dos Carajás, no Pará, arrecadou até agosto R\$ 177 milhões, R\$ 100 milhões a mais do que em todo o ano de 2017. Passou de sexto maior arrecadador para a segunda posição.

Superou a mineira Nova Lima (MG) e está atrás apenas de Parauapebas (PA), onde fica a mina de Carajás, que já recebeu R\$ 400 milhões este ano. “Canaã vai ultrapassar Parauapebas”, diz George Tomas, diretor da Organização Não Governamental (ONG) Extensão Amazônia, de Marabá, responsável por um

estudo de desenvolvimento da cidade. “A cidade não tem infraestrutura, não tem mão de obra capacitada.

Tem de aprender a lidar com esses recursos, que só duram enquanto houver a mineração.” O secretário de Desenvolvimento Econômico da cidade, Jurandir dos Santos, diz que a mina S11D tem potencial para produzir por 50 anos. Mesmo assim, garante que está investindo em infraestrutura para atrair outras indústrias.

“Fui ao Rio em busca de empresas para investir aqui e a primeira coisa que me perguntaram foi se tinha energia”, diz o secretário, que está implantando um distrito industrial em uma área da Vale que serviu de área de montagem para S11D e foi doada ao município. “Lá, temos toda a infraestrutura, incluindo energia.”

De acordo com o diretor de procedimentos arrecadatários da Agência Nacional de Mineração (ANM), Ricardo Eudes, uma das prioridades da nova agência, que ainda está se estruturando, é levantar a lista de municípios afetados pela atividade de mineração e que, pelas novas regras, passarão a receber uma fatia dessa arrecadação. Sem essa lista, quase R\$ 300 milhões estão retidos no Tesouro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/09/2018

Seção: Economia

Autor: Vinícius Neder, Do Rio

Título: BNDES capta US\$ 100 milhões para financiar energia renovável

Dinheiro será destinado a projetos de usinas eólicas, solares e de biomassa; operação foi feita com bancos japoneses

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou ontem a captação de US\$ 100 milhões com bancos japoneses para financiar projetos de preservação do meio ambiente, redução de emissão de gases de efeito estufa e energia renovável. Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e o Mizuho Bank e The Bank of Saga foram os bancos envolvidos.

Os recursos serão aplicados na carteira do BNDES de energia renovável, que inclui as usinas eólicas, solares e de biomassa. A operação teve como diferencial o custo financeiro. Segundo o diretor de finanças do banco de fomento, Carlos Thadeu de Freitas, a captação com os japoneses surgiu como uma oportunidade, pois o juro total ficou entre 100% e 101% do CDI com prazo de 12 anos.

A título de comparação, uma emissão de títulos “verdes” (“green bonds”) do BNDES, em maio de 2017, conseguiu juros acima de 110% do CDI, disse o diretor. O prazo dos títulos “verdes” emitidos em 2017 é de sete anos, com vencimento em 2024. “Essa taxa de risco com um prazo longo compensa.”

Troca.

Segundo Freitas, a oportunidade de captar a um custo mais vantajoso permite ao BNDES lucrar com a “arbitragem” de juros, ou seja, aproveitar taxas mais baixas para substituir outras mais altas.

Nesse sentido, ontem, o BNDES recomprou títulos externos dele mesmo, com ganho de US\$ 157 milhões. Esse ganho se tornou mais importante porque o BNDES devolveu recursos ao Tesouro e, num ambiente de juros mais baixos, precisa ganhar eficiência. Apesar da oportunidade desta semana no mercado externo, Freitas disse que a tendência é que o mercado brasileiro fique mais vantajoso para o BNDES.

Em maio passado o banco levantou R\$ 1,7 bilhão em Letras Financeiras (LFs), a primeira operação do tipo da instituição de fomento, com juro de “menos de 102% do CDI”, disse o diretor. Na ocasião, a demanda por esses papéis teria chegado a R\$ 14 bilhões, conforme Freitas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/09/2018

Seção: Economia

Autor: Eduardo Laguna

Título: ‘Comandar a Petrobrás foi uma lição’, diz Parente

Ao lembrar de sua saída da Petrobrás na esteira da greve dos caminhoneiros de maio, Pedro Parente, ex-presidente da estatal, classificou como uma lição importante comandar a companhia que teve de enfrentar uma crise de abastecimento de combustível sem precedentes.

Durante participação no evento com investidores que a XP realizou ontem, em São Paulo, Parente, atual presidente da BRF, negou que a gestão da Petrobrás tenha “baixado a guarda” após a retomada de valor de mercado. Mas frisou que a experiência mostrou que apenas planejamento estratégico não é suficiente. O foco, comentou, também precisa se dar sobre a cultura organizacional.

O executivo disse que renunciou à presidência da Petrobrás para preservar a empresa, já que os ataques à política de preços estavam centrados nele.

Provocado a dizer o que pensa sobre a ideia de privatização da Petrobrás, Parente defendeu que a discussão não seja ideológica ou dogmática.

Segundo o executivo, ser estatal acarreta um pesado custo de burocracia para a Petrobrás, mas o debate sobre privatização não pode ignorar a missão da empresa de garantir o abastecimento do País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/09/2018

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Robin Hood às avessas

O gás de cozinha, a gasolina e o diesel fazem parte de um grupo seletivo de produtos que são usados e abusados por diferentes governos para fazer desde políticas sociais até as de controle artificial da inflação, sempre com o viés do populismo. Nos anos de eleição, a discussão sobre a política de preço desses produtos cresce e aparecem inúmeras propostas na tentativa de conquistar o voto.

No caso do gás de cozinha, o argumento é sempre de cunho social, pelo fato de 80% da população brasileira usar o botijão para cozinhar – e, se o botijão for caro, a camada de renda mais baixa da população passaria a usar lenha ou, pior, nos centros urbanos, pneus velhos e mesmo garrafas pet.

Vamos aos fatos que ocorreram com os preços do gás de cozinha ao longo dos últimos anos e tentar trazer para a discussão uma proposta que beneficie as camadas de renda mais baixa, mas que, ao mesmo tempo, cobre dos demais consumidores o preço real do botijão de 13 kg.

O gás de cozinha, destinado para a venda em botijões de 13 kg, teve seu preço nas refinarias da Petrobrás congelado durante todos os governos do PT, ou seja, de 2003 a 2015. Isso promoveu uma perda para a Petrobrás de algo como R\$ 35 bilhões – e é bom lembrar que essa perda é em valores nominais, sem qualquer tipo de correção ou atualização. Esse subsídio promoveu uma espécie de política que poderíamos denominar de Robin Hood às avessas.

Por quê? Porque esse subsídio beneficia todas as famílias brasileiras, independentemente da classe de renda, e esse populismo ao extremo acaba gerando mais custos do que benefícios para toda a sociedade. Entre eles, a competição desleal com o gás natural encanado levado às residências e ao comércio pelas distribuidoras estaduais, como, por exemplo, a Comgás, em São Paulo, e a CEG, no Rio de Janeiro.

Como corrigir essa distorção, concentrando o subsídio apenas nas famílias de baixa renda? A ideia seria criar um vale-gás, não nos moldes do governo FHC, mas sim semelhante ao atual valetransporte. Atualmente o preço do gás de cozinha está em torno de R\$ 65.

Se fosse retirado o subsídio, o preço iria para algo como R\$ 80. A proposta seria, por exemplo, que as famílias de baixa renda pagassem pelo botijão de gás R\$ 40, metade do preço real. Primeira pergunta: quem receberia esse benefício? As famílias que estão cadastradas na tarifa social de energia elétrica, que hoje são 8,7 milhões.

Levando em consideração que cada família tem em média quatro integrantes, isso representaria 35 milhões de pessoas. Segunda pergunta, de onde viria o dinheiro do subsídio? É bom lembrar que hoje o gás de cozinha é vendido 20% a 25% mais barato para todo mundo. Quando somente 8,7 milhões de famílias pagarem R\$ 40 pelo botijão e o restante das famílias, R\$ 80, aí vai aparecer o dinheiro para o subsídio direcionado e colocaremos um fim na política de Robin Hood às avessas.

Duas informações importantes: a primeira é que o consumo médio de um botijão de gás é de 45 dias, ou seja, o subsídio será concedido a cada 45 dias. Como? Por meio de um cartão semelhante ao do valetransporte, que será carregado a cada 45 dias com o valor do subsídio. Segundo, o subsídio poderá variar em função do preço do botijão de gás. O preço do botijão será determinado pelo mercado, sofrendo todas as pressões, inclusive as do mercado internacional, da taxa de câmbio, assim como funciona hoje para a gasolina e o diesel.

O gasto anual a valores de hoje será algo como R\$ 2,3 bilhões/ano, no caso de o subsídio ser a metade do preço do botijão. É bom deixar claro que, ao contrário do que ocorreu na era Lula-Dilma, esses subsídios não serão pagos pela Petrobrás. Assim, estaremos respeitando os direitos dos acionistas da empresa. Com essa política clara e transparente, ganham a sociedade e o Brasil. Vamos fazer o debate de forma reta, sem preconceitos ideológicos, e acabar com o Robin Hood às avessas.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 22/09/2018****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni/Marília Sena****Título: Botijão de gás pode passar de R\$ 100**

O gás de cozinha, que já está com um preço indigesto, deve ficar ainda mais caro. Além dos ajustes promovidos pela Petrobras, o aumento de salário dos trabalhadores das revendas e distribuidoras, cuja a data-base é em setembro, também vai pesar no bolso do consumidor. O valor de um botijão de 13 quilos de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) pode ultrapassar os R\$ 100, nas próximas semanas, no Distrito Federal, que corre o risco de ter racionamento.

Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP (Asmirg-BR), Alexandre José Borjaili, no início deste mês, houve dois aumentos. “A Petrobras anunciou reajuste de 4,5% no GLP industrial e as distribuidoras anteciparam a elevação de custo que terão com o acordo coletivo da categoria e que vai vigorar em outubro”, explicou. Borjaili disse que o impacto no gás de cozinha foi de R\$ 2 a R\$ 4 para os revendedores.

“A situação está inviável e o mercado informal está crescendo. O residencial vai ter mais um reajuste em 5 de outubro”, destacou. Borjaili também alertou para o risco de racionamento em Minas Gerais, Goiás, Brasília e São Paulo. “A refinaria de Paulínia (SP), que é maior do país, está funcionando parcialmente. Se comprarmos de terceiros, tem custo de mandar buscar e o preço vai disparar e teremos que repassar”, assinalou.

A Supergasbrás enviou comunicado aos revendedores que atendem no DF, informando que elevaria o preço em 3,61%, por conta do aumento salarial da categoria, segundo Edimar Cardoso, 40 anos, dono de um depósito da distribuidora em Brasília. Ele disse que terá de repassar o reajuste, mas teme prejuízo. Os botijões, hoje, custam entre R\$ 80 e R\$ 95 e os clientes já reclamam do preço. “Ouvi uma senhora me chamar de ladrão”, contou. Para o empresário, mais um aumento vai derrubar as vendas. “A concorrência é grande e os clientes migram para qualquer depósito que venda até R\$ 1 mais barato. Essa situação contribui para a revenda ilegal”, afirmou.

Raquel Soraia, 40, é dona de um pequeno restaurante no DF com o pai. A comerciante considerou os reajustes absurdos. Segundo ela, foi preciso aumentar em R\$ 1 o valor da comida no estabelecimento. “Parece pouco, mas os clientes reclamaram”, contou. A família compra dois botijões por mês e paga

atualmente R\$ 80. Raquel teme o novo aumento. “Agora vou precisar colocar tudo no papel para calcular os novos preços. É complicado. Essas manobras sempre nos prejudicam”, reclamou.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 22/09/2018

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: IPCA-15 fica em 0,09%

A prévia da inflação oficial surpreendeu os analistas em setembro, ao ficar abaixo do previsto. Influenciada pela queda dos preços de alimentos, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) subiu apenas 0,09%, registrando o menor resultado para o mês desde 2006, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Economistas ressaltam que, mesmo com a alta do dólar e dos preços da gasolina e energia, a taxa está baixa por conta da atividade econômica fraca.

Mauro Rochlin, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV), explicou que o alto nível de ociosidade está absorvendo as pressões e segurando a inflação. “Apesar disso, devemos ter impactos mais à frente, porque índices de atacado já estão em dois dígitos. Esperamos pressão no fim do ano”, disse.

O IPCA-15 registra variação de 4,28% no acumulado de 12 meses, nível abaixo do centro da meta de inflação, de 4,5%, estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em setembro, o IBGE constatou deflação de 0,41% nos preços de alimentos. A cebola (-18,51%), a batata-inglesa (-13,65%), o leite longa vida (-6,08%) e as carnes (-0,97%) são alguns exemplos de produtos que ficaram mais baratos. Os demais grupos registram alta. No de habitação, a energia elétrica subiu 0,34%, a sétima alta mensal consecutiva — menor, entretanto, que a elevação de 3,58% de agosto.

MME / ASCOM .